

Estratégias de Diversificação Econômica Entre os Pequenos e Médios Cafeicultores de Ribeirão Preto/SP (1889 – 1914)

Economic Diversification Strategies Among Small and Medium Coffee Growers in Ribeirão
Preto/SP (1889-1914)

Ulysses de Paiva Faleiros Neto¹

Carlo Guimarães Monti²

Resumo

O presente artigo busca estudar as estratégias econômicas operadas por pequenos e médios cafeicultores, no município de Ribeirão Preto/SP, entre 1889 e 1914, período de significativas mudanças econômicas e políticas no Brasil e localidade. Através da historiografia e da documentação disponível, pretendemos analisar esse momento histórico do município em torno do complexo cafeeiro. Em seguida, identificamos as estratégias econômicas que foram utilizadas no período por indivíduos de poucas ou médias posses. O cruzamento das diversas fontes possibilitou o vislumbre de aspectos econômicos relativos à produção agrícola cafeeira, comércio urbano e crédito hipotecário no cotidiano desses sujeitos. A análise nos permitiu relacionar tais práticas econômicas, o que nos revelou estratégias de inserção e manutenção na economia cafeeira de um grupo ainda pouco abordado pela historiografia.

Palavras-chave: Cafeicultura; Estratégias Econômicas, Ribeirão Preto/SP.

Abstract

This article seeks to study the economic strategies operated by small and medium coffee farmers, in the city of Ribeirão Preto / SP, between 1889 and 1914, a period of significant economic and political changes in Brazil and locality. Through the historiography and available documentation, we intend to analyze this historical moment of the municipality around the coffee complex. Then, we identified the economic strategies that were used in the period by individuals with few or medium means. The crossing of the different sources allowed the glimpse of economic aspects related to agricultural coffee production, urban commerce and mortgage credit in the daily lives of these subjects. The analysis allowed us to relate such economic practices, which revealed strategies for insertion and maintenance in the coffee economy of a group still little addressed by historiography.

Keywords: Coffee; Economic Strategies, Ribeirão Preto/SP.

Introdução

¹ Licenciado em História (Barão de Mauá) e em Geografia (Claretiano), Especialista em História, Cultura e Sociedade (Barão de Mauá) e em Moderna Educação (PUCRS). Professor da Rede Privada da Educação Básica em São Paulo. E-mail: ulysses_historia@outlook.com.

² Graduado em História (UFOP), Mestre em História (USP) e Doutor em História (UNESP). Professor de História na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). E-mail: carlogmonti@gmail.com

No presente trabalho, buscamos analisar uma parcela das dinâmicas econômicas relacionadas ao complexo cafeeiro³ no município de Ribeirão Preto/SP, entre 1889 e 1914. Esta parcela diz respeito às estratégias econômicas promovidas por pequenos e médios cafeicultores, mesmo frente à predominância do grande latifundiário, representavam uma quantidade numérica significativa dos produtores no município⁴ e, portanto, deveriam engendrar cotidianamente práticas econômicas singulares, que ainda fogem de uma compreensão aprofundada da historiografia.

Assim, neste estudo, temos o objetivo de compreender como pequenos e médios lavradores de café operavam economicamente. Procuramos, a partir de estudos bibliográficos e com a utilização de fontes históricas, compreender suas estratégias de inserção e permanência em um cenário econômico de ampla concorrência e desvantagens, a produção cafeeira no período proposto, no qual os maiores cafeicultores, detentores do poder econômico e político local, impunham suas regras nos circuitos econômicos existentes.

Nossa problemática foi gerada a partir da revisão de estudos sobre a temática da economia cafeeira. Percebemos que o ponto em comum entre eles gira em torno da análise dos grandes proprietários e suas propriedades. Sendo assim, tais obras nos trazem à luz dinâmicas econômicas próprias do grande capital. Dentre os autores que trabalharam essa parcela da economia referente ao complexo cafeeiro, podemos apontar: Celso Furtado (2007), Caio Prado Junior (1969), Antônio Delfim Netto (2009) e Boris Fausto (1995).

Frente aos nossos levantamentos e com a disponibilidade documental de que dispúnhamos, buscamos trabalhar com uma parte da historiografia ainda pouco

³ Entendido como: “O conjunto de atividades – sobre o qual atua um certo número de atividade independentes ou não ao conjunto [...]” (CANO, 1975, p. 6); “No caso do complexo cafeeiro, os seus principais componentes seriam: a atividade produtora de café, como atividade nuclear, a agricultura produtora de alimentos e matéria-prima, a atividade industrial, o sistema ferroviário, o sistema bancário paulista, o comércio de exportação e importação, as atividades criadoras de infraestrutura, portos e armazéns, transportes urbanos e comunicação e a atividade estatal e federal da ótica da gestão pública” (PERISSINOTTO, 1997, p. 47).

⁴ Fontes: 1904 - 1905: ESTATÍSTICA... 1904 - 1905; 1916 - 1920: LIVRO... 1916 - 1936. Ver: Quadro 3 - Lavradores por faixa de tamanho (1904 - 1920).

abordada para Ribeirão Preto/SP: os pequenos e médios cafeicultores, suas dinâmicas creditícias e relações comerciais locais. Encontramos, em nossas análises, dinâmicas econômicas complexas, que fogem aos modelos impostos pelo grande latifúndio propostos pelos autores citados no parágrafo anterior.

Partindo da análise de indivíduos, e/ou famílias da localidade, é possível encontrar padrões e dinâmicas econômicas próprias do grupo ou local analisado. Ora, tal abordagem é possível quando assimilamos que os referenciais teóricos oferecidos pela história econômica compreendem “[...] estudos do desenvolvimento econômico e social” (SZMRECSÁNY, 2008, p. 32), sendo assim, devemos concentrar nossos interesses “[...] fundamentalmente nas mudanças e/ou na permanência das estruturas econômicas através do tempo, e, portanto, no estudo de suas causas, de seus mecanismos e de suas consequências” (SZMRECSÁNY, 2008, p. 33). A partir disso, interpretamos também, que a temporalidade proposta por este estudo é característica do tempo conjuntural, tal como propõe Braudel: “[...] há assim, ao lado do relato [...], um recitativo da conjuntura que põem em questão o passado por longas fatias: dez, vinte ou cinquenta anos” (BRAUDEL, 2013, p. 44). De tal modo, ao focar essa parcela das práticas econômicas regionais, esperamos ampliar a compreensão sobre as estruturas econômicas que se formavam no Brasil naquele período de transição política e econômica, principalmente no estado de São Paulo.

Em nossa busca por uma compreensão mais precisa desta realidade, encontramos o desafio de articular as fontes primárias com a teoria. De tal modo, os dados deram origem às análises estatísticas e transcrições documentais, que nos permitiram verificar as dinâmicas econômicas impostas aos pequenos e médios cafeicultores.

Usamos em nossas pesquisas quatro fontes distintas, produzidas no âmbito da gestão pública e cartorial: a primeira foi a Estatística Agrícola e Zootécnica de Ribeirão Preto (1904 - 1905), e a segunda o Livro de Imposto do Cafeeiro (1916-1936). Ambos podem ser consultados no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP). As duas fontes foram utilizadas a fim de se construir uma série, que nos permitiu compreender a representatividade da média e da pequena propriedade no município de

Ribeirão Preto no período abordado. Além disso, os documentos, ora apontados, permitiram-nos constituir uma relação dos produtores de café locais. O nome de sua propriedade e o número de cafeeiros que possuíam, por exemplo, são dados importantes que nos assentiram a, posteriormente, fazer cruzamentos com outras fontes, oportunizando-nos, assim, identificar vínculos com outras atividades econômicas.

A terceira fonte levantada foram os Livros de Comércio e Profissões, que estão no APHRP. Os livros consultados se referem aos anos de 1890, 1913, 1914, 1918 e 1927. Neles, podemos encontrar a relação dos comerciantes e profissionais liberais que atuavam no município nos anos apontados. Ao cruzarmos essas informações com a listagem de cafeeiros, oferecida pelos registros de Impostos dos Cafeeiros e pela Estatística Agrícola e Zootécnica de Ribeirão Preto, temos a oportunidade de analisar os liames econômicos entre a cafeicultura e o comércio urbano. Deste modo, procuramos analisar a diversificação do pequeno capital.

Sérgio Silva (1981) explicou que:

Os grandes capitais – isto é, a camada superior da burguesia cafeeira – definiam fundamentalmente uma burguesia comercial. Os médios capitais – isto é, a camada inferior da burguesia cafeeira – definiam sobretudo uma burguesia agrária, cuja fraqueza a aproximava de uma simples classe de proprietários de terra (SILVA, 1981, p. 61).

Contudo, não era apenas o grande capital que se espalhava por outras atividades periféricas ao núcleo dinâmico, tampouco era apenas ele que permitia o acesso ao núcleo dinâmico da economia brasileira no período. Assim, buscamos verificar os indivíduos ou seus familiares que possuíam algum tipo de estabelecimento comercial urbano, a fim de traçar uma relação entre as atividades desses indivíduos e sua relação com a cafeicultura.

A quarta e última fonte a qual recorreremos são os Livros de Inscrição Especial, nos quais se encontram registradas as hipotecas no município de Ribeirão Preto e adjacências. Eles podem ser consultados no 1º Oficial de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto. A partir deles, observamos que foram levantadas hipotecas do período entre os anos de 1877 e 1914. Este documento é valioso para nossa pesquisa, na medida em que nos

oferece um panorama sobre o crédito hipotecário local. Os dados levantados através desta documentação são: nome, profissão, endereço dos credores e devedores, data da hipoteca, valor negociado, juros estipulados, prazo para a quitação e descrição do imóvel ou bem hipotecado.

As análises e cruzamentos das fontes apontadas nos permitiram, mesmo que parcialmente, reconstituir fragmentos das redes econômicas que operavam abaixo das dinâmicas do grande capital. Assim, buscamos verificar os indivíduos ou seus familiares que possuíam algum tipo de estabelecimento comercial urbano ou operação de crédito hipotecário, com o intuito de traçar uma relação entre as atividades desses indivíduos e a sua inserção e permanência na cafeicultura.

Formação do município e a propriedade cafeeira

A região onde se localiza o município de Ribeirão Preto⁵ era pouco explorada até o século XVIII. Entretanto, já era usada como uma zona de passagem conhecida que abastecia as regiões mineradoras durante o ciclo aurífero brasileiro: “Em suas proximidades passava o ‘Caminho de Goias’ que ligava São Paulo ao triângulo mineiro e ao território goiano [...]” (ZAMBONI, 1978, p. 14). Neste sentido, é possível perceber que a região já estava mais ou menos inserida dentro de um circuito comercial, o que favoreceu a sua ocupação a partir dos anos de 1840. Todavia, a formação inicial do seu núcleo urbano remonta à constituição do patrimônio eclesiástico: “De 1846 a 1856 foi delimitada a área da nova capela sob a invocação de São Sebastião, originando a atual cidade de Ribeirão Preto” (ZAMBONI, 1978, p. 31). A localidade, até então, pertencia à Comarca de São Simão, mas “a concentração da população em torno de uma capela criou condições para a formação de um povoado e, em 1871, este foi elevado à categoria de vila, com o nome de São Sebastião do Ribeirão Preto” (ZAMBONI, 1978, p. 33).

⁵ O município, na época, fazia parte da Comarca de São Simão. Posteriormente, em 1870, conseguiu sua autonomia administrativa, sendo alçado à categoria de vila. Localiza-se no Nordeste do Estado de São Paulo, a cerca de 351 km da capital do Estado.

As populações que vieram a ocupar a localidade pertenceram a dois ramos migratórios distintos. O primeiro tem início no final dos setecentos, relacionado à decadência do ciclo aurífero em Minas Gerais, pois buscava-se o acesso fácil às abundantes terras aqui disponíveis: “[...] eles, eram ‘homens de certa posse’. [...] Apesar de viverem do amanho da terra, não haviam perdido seu viés urbano, a necessidade de comprar e vender [...]” (LAGES, 1996, p. 115). Este movimento perdura até meados dos oitocentos. A partir de 1870, tem vez um novo fluxo migratório, desta vez no sentido São Paulo-Ribeirão Preto, em que: “[...] penetra o cafeicultor, o homem já experimentado em outras áreas. [...]. É o homem dinâmico que derruba matas e, no lugar, [...], crescem imensos cafezais” (ZAMBONI, 1978, p. 51).

Destarte, é possível observar que, nessa região, duas forças atuaram em conjunto, dois *modus operandi*. O primeiro, ligado aos mineiros que, inicialmente, ocuparam essas terras e aos poucos experimentaram a cultura do café, mas não deixaram de lado suas práticas urbanas; e a dos cafeicultores já iniciados, que viam nessas terras oportunidades de grandes negócios ligados às práticas econômicas rurais. Estes dois grupos contribuíram, de maneira expressiva, para a formação do município em seus primeiros anos de existência.

A partir de 1883, nos trilhos da Companhia de Estradas de Ferro da Mogiana, um fluxo crescente de imigrantes desembarca no município, formando um terceiro grupo, que contribui para as atividades urbanas e rurais. Apesar de não estarem ligados diretamente à formação do município, deixaram marcas expressivas no cotidiano e contribuíram para intensificar a formação das redes econômicas locais. Podemos demonstrar com maior clareza a contribuição da chegada da ferrovia para o crescimento da cidade e para a representatividade dos imigrantes nesta população, através da análise do quadro 1.

Quadro 1 - Evolução demográfica de Ribeirão Preto (1874 – 1912)

Ano	População Total	Imigrantes
1874	5.552	

1886	10.420	
1902	59.210	33.199
1912	58.220	24.358

Fonte: 1874 e 1886: CAMARGO, 1952, p. 153; 1902: GUSMÃO, 1903, p. 15; 1912: WALKER, 2000, p. 46.

Podemos perceber, por meio da análise dos números apresentados, que em 1874, período de formação da Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, a população perfazia 5.552 habitantes, coincidindo com o início do segundo fluxo migratório; por sua vez, em 1886, a localidade já apresenta quase que o dobro da população. Em 1902, já conhecida pela excelência de suas terras para a produção de café, o município possui 59.210 habitantes, sendo que 33.199 são imigrantes. Até 1912, a população se mantém estável, diminuindo apenas o número de imigrantes, que passam a ser de 24.358, não deixando de ser expressivo em uma cidade com 58.220 habitantes.

Analisando o preço das terras, podemos ter uma noção mais exata do que significou esse fluxo de pessoas para o município, no período citado. A demanda por terras, principalmente aquelas consideradas boas para o cultivo do café, elevou significativamente os preços do hectare durante os anos de 1876 e 1891. Os fluxos migratórios averiguados podem ter contribuído, substancialmente, para o aumento da demanda e, conseqüentemente, o aumento dos preços, como podemos observar no quadro 2.

Quadro 2 - Ribeirão Preto: preço médio do hectare de terra (1876 – 1891)

Ano	Preço médio por hectare (em réis)
1876	3\$845
1878	8\$440
1879/1883	14\$592
1884	23\$603
1885	25\$572
1886/1888	32\$624
1891	31\$068

Fonte: BACELLAR, 2001, p. 180.

Carlos de Almeida Bacellar constatou um aumento expressivo no valor das terras de impressionantes 708% entre os anos de 1876 e 1891, tal como afirma: “Esta valorização era fruto de uma evidente previsão do avanço da frente agrícola cafeeira, [...]” (BACELLAR, 2001, p. 181).

Percebemos, então, que três grupos diferentes coexistiam no município, durante período analisado, com suas origens e práticas distintas. Buscamos, assim, compreender como a produção cafeeira estava distribuída. Sabemos que a grande propriedade era predominante em Ribeirão Preto (MARCONDES, 2007; TOSI et al, 2007; FALEIROS, 2010), entretanto, em nosso estudo, buscamos analisar o número de pés de café que os lavradores detinham e não o tamanho de suas propriedades, o que nos permitirá indicar se o cafeicultor era um pequeno, médio ou grande lavrador. Podemos verificar, pela faixa do tamanho de seus cafezais, como estavam distribuídos os lavradores de café, observando atentamente o quadro a seguir⁶.

Quadro 3 - Lavradores por faixa de tamanho (1904 – 1920)

Faixas de tamanho		1904/1905	1916/1917/1918	1919	1920
Pequeno	500 - 1.000	3	8	150	5
	1.001 - 5.000	29	68	14	45
	5.001 - 10.000	45	58	8	43
Médio	10.001 - 50.000	73	68	18	54
	50.001 - 100.000	25	14	12	14
Grande	100.001 - 500.000	48	51	29	39
	500.001 ou mais	11	9	4	14

Fonte: 1904 - 1905: ESTATÍSTICA... 1904 - 1905; 1916 - 1920: LIVRO... 1916 - 1936.

⁶ Ao considerar como pequeno, médio ou grande cafeicultor, devemos levar em conta as condições gerais de cultivo da região em análise. Neste sentido, entendemos que Ribeirão Preto, no período em análise, estava passando por um avanço em seus cafezais. Não fosse a Geada de 1918, as médias de pés de café nas propriedades seriam altas. De tal modo, optamos por uma classificação, organizando os lavradores em blocos maiores classificando-os em grandes, médios ou pequenos, oriundos de uma classificação que leva em conta o número de pés de café que possuíam em suas propriedades.

Não obstante, as análises mostram um predomínio dos grandes lavradores em Ribeirão Preto. Logo, percebemos pelo quadro, que existia na região uma considerável diversidade de lavradores de café. Para os anos de 1904 e 1905, perfizeram um total de 77 pequenos lavradores e 98 médios. Os grandes cafeicultores, por sua vez, eram em 59 indivíduos.

Os anos de 1916, 1917 e 1918 representaram uma evolução para pequena cafeicultura, sendo 134 lavradores. Os médios cafeicultores sofreram um pequeno retrocesso, sendo agora 82; os grandes se mantiveram basicamente estáveis, sendo 60. Entretanto, devemos notar que houve um recuo nos cafezais, ou seja, entre os grandes ocorreu uma estabilidade, mas seus pés de café diminuíram. Por outro lado, entre os médios, ocorreu uma diminuição no número de lavradores e pés de café, o que explica o aumento de pequenos lavradores, na faixa entre 5.001 e 10.000 pés de café. Os médios, em geral, passaram a figurar como pequenos lavradores nesse período.

O ano de 1919 apresenta uma grande anomalia, devido à Geada de 1918. Em decorrência disso, optamos por trazer os dados de 1920, que mostram a recuperação da economia cafeeira e mantêm as análises mais consistentes. Sendo assim, para este ano temos: 93 pequenos, 68 médios e 53 grandes lavradores. Estes números expõem a tendência declinante no número de indivíduos que trabalhavam com o café: em 1920, foram cerca de 214 lavradores de café no total. Bem diferente dos 276 que se apresentaram em 1916, 1917 e 1918. Esses números também refletem a crise ocasionada pela Geada de 1918 e a incapacidade dos pequenos e médios cafeicultores de se recuperarem de tal evento climático.

Através desta análise, podemos perceber que houve, entre os pequenos e os médios cafeicultores, um aumento da representatividade na dinâmica cafeeira do município para todo o período analisado. Estes demonstraram, também, maiores variações em relação ao número de proprietários ao longo do tempo, o que indica que deveriam existir dificuldades para a manutenção das atividades.

Em 1904 e 1905, os pequenos cafeicultores representavam 32,91% do total de cafeeiros no município, enquanto os médios eram 41,88%. Em 1920, o percentual de

pequenos produtores sobe para 43,46% do total, enquanto o de médios diminui para 31,78%. Para esses mesmos anos, percebemos uma manutenção no percentual total de grandes proprietários, que representavam, respectivamente, 25,21% e 24,74% do total de produtores de café no município.

A ocupação das terras em favor da lavoura cafeeira acarretou um aumento expressivo nos preços do hectare na região, o que podemos supor, gerou uma maior dificuldade no acesso a essas terras. Esses fatores foram preponderantes para que Ribeirão Preto se caracterizasse pela grande concentração de terras⁷ e produção na mão de poucos indivíduos. Este movimento, todavia, não exclui a participação dos pequenos produtores na economia regional. Os movimentos econômicos do período abordado não excluíram os pequenos e médios cafeicultores do circuito econômico, pois eles continuaram a representar a parcela majoritária do número de produtores.

Convém, neste momento, analisarmos melhor quem eram e como agiam esses indivíduos diante das dificuldades impostas pelo cenário econômico da época, buscando analisar como se dava a relação destes com o comércio e o crédito no município.

Comércio e crédito na pequena e média cafeicultura de Ribeirão Preto

A historiografia já abordou, em larga medida, as questões relativas ao grande complexo cafeeiro. Todavia, uma parcela significativa dos indivíduos que atuavam no ramo do café, pequenos e médios lavradores, não tiveram suas especificidades e práticas econômicas cotidianas estudadas amplamente. Atualmente, é possível encontrarmos trabalhos que se debruçaram sobre a contribuição dos pequenos e médios cafeicultores para a formação e manutenção do complexo cafeeiro, bem como outros que buscam compreender suas possíveis estratégias de manutenção e acumulação de riquezas. Neste movimento, podemos destacar os trabalhos de Pedro Geraldo Tosi (2005; 2007; 2011),

⁷ O tamanho médio das propriedades para 1904 e 1905 é de 193 Alqueires Paulistas. Ainda havia cerca de 12 propriedades que somavam mais de 1.000 Alqueires e 67 com mais de 100 Alqueires. Propriedades extensas, levando em conta que o Alqueire Paulista equivale à 24.200m². Dados: ESTATÍSTICA... 1904-1905.

Rogério Naques Faleiros (2005; 2007; 2010; 2011) e Rodrigo da Silva Teodoro (2005; 2007), Carlo Guimarães Monti (2014) para o estudo dos pequenos e médios proprietários na região de Franca/SP e para Ribeirão Preto. Esses trabalhos possuem, em comum, o objetivo de demonstrar com maiores detalhes as dinâmicas econômicas relacionadas aos lavradores de café, através, principalmente, de uma série de fontes históricas que foram até recentemente pouco exploradas, como os documentos de caráter pessoal: cartas e livros de contabilidade; e fontes cartoriais: livros de hipotecas e/ou penhores e inventários.

Pretendemos, nesta seção, de acordo com as pesquisas apontadas, contribuir com a discussão acerca das práticas econômicas empregadas pelos pequenos e médios cafeicultores, como estratégias de permanência e/ou enriquecimento no município de Ribeirão Preto, tendo em vista que o conjunto documental com o qual dialogamos complementa e pode auxiliar no avanço das discussões até então desenvolvidas.

Em sua obra *Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII*, Fernand Braudel aponta a existência de três universos econômicos distintos: o primeiro é a produção, da qual já tratamos neste trabalho, caracterizando em linhas gerais o modelo de produção cafeeira predominante no município. O segundo é o espaço das trocas e circulação de mercadorias e dinheiro. Já o terceiro universo é o do consumo, que não será abordado neste estudo. Entre a produção e o consumo existe um todo, um processo, em que diversas forças econômicas interagem e dão origem à economia de mercado. Um universo formado desde o pequeno lojista até o grande negociante ou mercador (BRAUDEL, 2009).

A respeito do funcionamento das operações econômicas nesses universos, desde o da produção até o consumo, o autor afirma: “Do pequeno lojista ao negociante, do artesão ao fabricante, todos vivem do crédito [...]” (BRAUDEL, 2009, p. 339). De tal modo, podemos observar que Fernand Braudel nos aponta um caminho para a compreensão da realidade que se perfazia no município de Ribeirão Preto.

Assim, vamos buscar, a partir da documentação analisada, reconstituir uma parcela das redes econômicas no município, mirando entender: como os indivíduos que possuíam

pequenos e médios capitais operavam seus negócios e como eles poderiam estar relacionados com a atividade cafeeira.

Entre os anos de 1889 e 1918, principalmente, o município de Ribeirão Preto demonstrou um enorme dinamismo econômico no esteio da atividade cafeeira. A expansão urbana e imigração em massa para a região contribuíram para o florescimento das atividades econômicas urbanas, principalmente as ligadas ao abastecimento. Segundo Renato Leite Marcondes, “uma ilustração da magnitude das mudanças pode ser notada por meio o aumento do número de estabelecimentos, que se elevou de 228 para 914 entre 1890 e 1900” (MARCONDES; GARVAZO, 2004, p. 2). O comércio em Ribeirão Preto ainda comportava dois tipos distintos de operações, como aponta Carlo Monti: a primeira, que se operava a partir da importação de produtos estrangeiros e de marca, e outra que, “para além do consumo de produtos industrializados, temos os produtos sem ‘marca’, [...], como o queijo de vaca, banha, linguiça, café, o que indica a acomodação de um tipo de comércio mais antigo, consolidado com fornecedores locais ou regionais” (MONTI, 2014, p. 83). Podemos notar que, em linhas gerais, o comércio no município, naquele período, era voltado para o abastecimento das fazendas e seus trabalhadores, entretanto, um incipiente comércio de produtos importados começava a tomar forma, sendo que predominavam as lojas de secos e molhados, fazendas e armarinhos e botequins.

Buscamos trazer luz aos personagens até então deixados de lado pela historiografia, mas que demonstram o quão rico foi o universo econômico, que não ficou recôndito aos grandes proprietários de terras; também buscamos chamar atenção para a construção de redes de práticas econômicas promovidas por esses sujeitos em Ribeirão Preto, no período estudado.

O primeiro caso que vamos apontar é o de Luiz Ciampa, herdeiro de Luigi Ciampa. Ao segundo, foi concedido, em 1891, o Lote nº 31 na Sede do Núcleo Colonial Antônio Prado⁸, região conhecida como Barracão. Constam as primeiras informações da produção

⁸ “Entre os núcleos coloniais criados no Estado de São Paulo após 1885, o único situado em uma área recém-desbravada pelo café foi o Antônio Prado, implantado em terras devolutas disponíveis em Ribeirão

cafeeira neste lote, em 1916. No período, existiam ali 1.000 cafeeiros. A partir de 1920 até 1933, o proprietário fez uma pequena expansão aumentando o número de cafeeiros para 2.000⁹. Como a concessão das terras ocorreu em 1891, é possível afirmar, principalmente devido às características dos lotes no núcleo colonial, que outras culturas eram cultivadas naquela terra e o café só veio a ser cultivado nos anos próximos a 1916. Além das atividades rurais desenvolvidas pelos Ciampa, havia também um comércio de secos e molhados, do qual verificamos o primeiro registro em 1906 e o último em 1910. O estabelecimento funcionava junto à 2ª Seção do Núcleo Colonial.

Outro caso é o de Antônio Vicente, quem figurava como pequeno lavrador de café entre os anos de 1904 e 1905, em Ribeirão Preto, possuindo uma propriedade de 5 alqueires, dos quais 4 eram cultivados em café, contendo 7.500 pés. Havia nesta propriedade, também, a produção de milho e feijão. Respectivamente, para esses anos, a produção foi de 6.000 e 4.000 litros. Segundo o documento, a propriedade de Antônio Vicente já ocupava quase que sua totalidade com a lavoura cafeeira e o alqueire restante era dedicado às pastagens e matas. Neste sentido, é possível supor que o plantio de milho e feijão era feito nos corredores dos cafezais ainda novos. Esta plantação deveria abastecer o comércio de secos e molhados que Antônio Vicente manteve. A primeira indicação desse comércio foi de 1906 e o comércio perdurou até 1908¹⁰.

Esses dois casos demonstram que os indivíduos possuíam um lote de terra e diversificavam sua produção agrária, ou seja, plantavam outros produtos além do café. Tal produção, que poderia gerar excedentes, era escoada via comércio de secos e molhados. Nos dois casos, é possível perceber que os comércios operaram por pouco tempo; isto pode ser explicado pela precariedade em que os comerciantes se encontram frente à disponibilidade de crédito e capitais para consolidarem suas vendas, como afirma Fernand Braudel: "O comerciante, numa situação de pequeno capitalista, vive entre os que lhe devem dinheiro e aqueles a que ele deve. É um equilíbrio precário, sempre à beira da

Preto. A proposta era que servisse de 'viveiro de mão de obra' para as fazendas da região, atendendo às exigências do complexo de atividades que envolvia a atividade cafeeira." (SILVA, 2008, p. 56)

⁹ Fonte: LIVRO... 1916-1936.

¹⁰ Fonte: LIVROS... 1890-1927.

derrocada” (BRAUDEL, 2009, p. 37). Renato Leite Marcondes e Juliana Garavazo ainda apontam: “O leque de produtos comercializados pelas lojas de secos e molhados mostrou-se bastante amplo e não especializado, compreendendo principalmente alimentos e bebidas [...] – e manufaturas não alimentares [...]” (MARCONDES; GARAVAZO, 2004, p. 3).

Devemos ainda salientar que o cultivo cafeeiro é extremamente oneroso e imobiliza diversos capitais, principalmente em seus primeiros anos de implementação. Não obstante, após a maturação do pé de café, torna-se inviável a plantação de outros gêneros agrícolas em seus corredores e, caso não houvesse a possibilidade de expansão das terras, os lavradores deveriam abandonar as outras culturas. Em um cenário de crédito escasso e poucos capitais disponíveis, é compreensível o abandono de uma atividade em benefício de outra mais rentável ou com maiores expectativas de renda.

Em casos como os de Luiz Ciampa e Antônio Vicente, podemos ainda perceber um movimento de diversificação, ou mesmo um movimento em busca do acúmulo de capitais muito característicos dos imigrantes que ocuparam a região no início do século XX. Sobre isso, Adriana Capretz Borges da Silva afirma:

Nos lotes destinados à pequena lavoura produziam milho, arroz, feijão, criavam animais e, em princípio, exerciam qualquer atividade diferente da cafeicultura, que monopolizava a terra das grandes propriedades. Com o apogeu do café, até os sitiantes do Núcleo passaram a plantá-lo. Os moradores do núcleo faziam qualquer atividade que pudesse render algum dinheiro; muitos trabalhavam na época de safra para os fazendeiros da região e faziam suas economias (SILVA, 2008, p. 139).

Nos casos apresentados, podemos perceber que a diversificação na produção agrícola pôde, de algum modo, facilitar, ou ao menos possibilitar, a constituição de um pequeno comércio voltado para a venda dos excedentes produzidos nas terras. Nos casos relacionados ao Núcleo Colonial Antônio Prado, vamos perceber uma dinâmica econômica bastante rica, na qual excedentes de diversos produtos eram vendidos ou trocados na própria localidade. Casos como o de Antônio Vicente mostram que esse modelo pode ser observado em outros bairros do município.

Os dois próximos indivíduos a serem analisados nos trazem uma perspectiva diferente das dinâmicas apresentadas anteriormente. Domingos Henrique Barreto foi produtor de café no município de Ribeirão Preto, entre os anos de 1916 e 1928. Durante este período, manteve entre suas posses uma gleba de terras na Fazenda Iracema contendo 7.000 pés de café¹¹. Entretanto, antes de se dedicar aos cafezais, era um comerciante e entre suas propriedades figuravam uma casa de fazenda e armazéns e um comércio de secos e molhados. A primeira já estava em operação desde 1906, em Iracema, onde, posteriormente, ele constituiria sua fazenda de café. As atividades da casa de fazenda e armazéns perduraram até 1927, quando então nossos registros cessam. A sua terceira posse, um comércio de secos e molhados, operou de 1906 até 1908¹². Primeiro se aventurou no comércio local, fornecendo produtos para fazendeiros e habitantes locais e depois, ao acumular capital suficiente, constituiu sua plantação de café.

Através do levantamento hipotecário, conseguimos averiguar que, durante todo o período abordado neste estudo, o indivíduo não fez nenhum empréstimo dessa modalidade, sendo sua única transação um empréstimo que fez a Domingos Paulino, no valor de 3:000\$000, com condições bastante modestas para o período: dois anos para a quitação total da dívida a juros de 12% ao ano. Nesse sentido, percebemos que Domingos Henrique Barreto deveria ser um indivíduo bastante temeroso por suas posses, afinal, preservou-se de maiores ganhos a fim de se assegurar de perdas em seu patrimônio já constituído, buscando segurança na produção de café que, em condições de clima e mercado normais, lhe garantiria retornos anuais.

Outro caso é o de Múcio Whitaker, quem possuía um pequeno depósito de automóveis, que operou entre os anos de 1915 e 1916¹³. Em 1925, ele adquire uma gleba de terras na Fazenda Boa Esperança, contendo 4.000 pés de café. Desta propriedade existem registros até 1940¹⁴. Novamente, como averiguamos com o caso de Domingos

¹¹ Fonte: LIVRO... 1916-1936.

¹² Fonte: LIVROS... 1890-1927.

¹³ Fonte: LIVROS... 1890-1927.

¹⁴ Fonte: LIVRO... 1916-1936.

Henrique Barreto, Múcio Whitaker não recorreu ao crédito hipotecário e não consta em nossa amostragem, nem como credor, nem como devedor, dentro do período abordado.

Nos dois casos, verificamos novamente um tempo de duração muito curto nas atividades comerciais. As implicações dessa instabilidade nas trocas e, conseqüentemente, nos ganhos, deve ter, de algum modo, contribuído para que esses indivíduos buscassem segurança nos ganhos relacionados à atividade cafeeira.

Os casos indicados ilustram o movimento econômico em direção à cultura cafeeira. Esses indivíduos, já experimentados no comércio ou em outras atividades agrícolas ou urbanas, buscaram na cafeicultura uma forma de diversificar seus capitais, ou mesmo substituir suas atividades anteriores, fossem de caráter rural ou urbano, em favor das possibilidades de ganho na lavoura de café.

Ao analisar o quadro 4, é possível compreender melhor a trajetória e situação desses pequenos e médios cafeicultores.

Quadro 4 - Distribuição e concentração de cafeeiros por faixa (1904-1920)

Faixas de Tamanho	Anos	% de Cafeicultores	% de Cafeeiros
500 - 1.000	1904/1905	1,28%	0,01%
1.001 - 5.000		12,39%	0,38%
5.001 - 10.000		19,23%	1,19%
10.001 - 50.000		31,20%	6,64%
50.001 - 100.000		10,68%	6,06%
100.001 - 500.000		20,51%	36,85%
500.001 ou mais		4,70%	48,87%
500 - 1.000	1916/1917/1918	2,90%	0,03%
1.001 - 5.000		24,64%	0,83%
5.001 - 10.000		21,01%	1,62%
10.001 - 50.000		24,64%	5,55%
50.001 - 100.000		5,07%	3,71%
100.001 - 500.000		18,48%	44,11%
500.001 ou mais		3,26%	44,15%
500 - 1.000	1920	2,34%	0,02%

1.001 - 5.000		21,03%	0,52%
5.001 - 10.000		20,09%	1,14%
10.001 - 50.000		25,23%	4,72%
50.001 - 100.000		6,54%	3,88%
100.001 - 500.000		18,22%	33,32%
500.001 ou mais		6,54%	56,41%

Fonte: 1904-1905: ESTATÍSTICA... 1904-1905; 1916-1920: LIVRO... 1916-1936.

Podemos perceber, por meio da análise dos dados apresentados no quadro anterior, que os anos entre 1904, 1905 e 1920 foram representativos para a evolução e expansão do pequeno e médio cafeicultor¹⁵. Os pequenos e médios cafeicultores, naquele período, vão representar, para os anos apontados, respectivamente: 74,79%, 78,25% e 75,23%. Número considerável de lavradores atuando na produção de café, entretanto, diametralmente oposta à sua representatividade enquanto número de indivíduos, esta a concentração de pés de café em suas terras, sendo respectivamente: 14,28%, 11,74% e 10,27% para os anos analisados. Portanto, apesar de serem muitos indivíduos, possuíam uma produção pouco significativa, o que explica a necessidade de diversificação do pequeno capital desses produtores. Essa necessidade pode ser considerada uma estratégia de permanência na atividade cafeeira. Também, chamamos atenção para o tempo que esses agricultores levavam para chegar até a atividade cafeeira, haja vista que tinham de percorrer um longo trajeto e iniciavam com uma produção pequena.

Não obstante, o percentual de indivíduos que comportam em suas terras entre 1.001 e 10.000 pés de café, durante o período, sofreram um aumento significativo. Se em 1904 e 1905 eram 31,62% dos cafeicultores analisados, em 1920 representavam 41,12%. Isso demonstra que, cada vez mais indivíduos começavam a se estabelecer como pequenos cafeicultores, em um movimento que constatamos com os casos analisados anteriormente. Vê-se, assim, uma estratégia de inserção na atividade cafeeira, tendo como cenário pessoas acumulando certo capital ou, aparecendo uma oportunidade,

¹⁵ Como já apontamos anteriormente, os dados relativos 1919 estão muitos discrepantes devido a Geada de 1918, de tal modo, não incluímos esses dados nesta tabela.

migraram para economia cafeeira, que em muitos casos passou a ser a única fonte de renda. Ou seja, diferente dos grandes proprietários que, muitas vezes, contavam com imensos capitais internos ou externos, esses indivíduos, os pequenos e os médios, não contavam com essa vantagem e tinham que acumular capitais em outras atividades, que poderiam ser menos rendosas frente ao café, no período. Com essas estratégias puderam, posteriormente, lançarem-se nas atividades cafeeiras. Criaram estratégias próprias para alcançarem a atividade mais rentável na época.

Como apontado por Carlo Guimarães Monti (2019), os primeiros indivíduos que se ocuparam do cultivo de café foram de famílias tradicionais do município, que foram, segundo o estudo, os Junqueira, durante os anos de 1890. Acumulando grandes capitais através de uma intrincada rede de negócios, esses indivíduos, sucessivamente, diversificavam seus capitais, abandonando, aos poucos, os cafezais. Observamos que, em 1904 e 1905, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira possuía 650.000 pés de café, enquanto Francisco Schmidt¹⁶, que chegou em período posterior em Ribeirão Preto, e dele adquiriu grandes glebas de terras, já possuía 4.043.300 pés de café. Mais tarde, já nos anos de 1916, as sucessivas crises de preço, que abalaram o café, começaram a afastar os grandes produtores, que cederam espaço para os pequenos e médios produtores, que tardiamente entraram no cultivo da rubiácea.

É significativo notar que, pelo menos nos casos estudados por nós, esses indivíduos não recorreram ao crédito hipotecário para levantarem capitais. De tal modo, devem tê-lo conseguido através de atividades econômicas diversas, principalmente o comércio, como apontado. Também não recorreram ao crédito para levantar capitais suficientes na expansão ou manutenção de seus negócios urbanos. Isso se deve, principalmente, às condições proibitivas, que eram impostas aos pequenos proprietários e comerciantes, quando recorriam a esta modalidade de crédito. O período que abordamos neste trabalho (1889-1914) é reconhecidamente marcado pela grande dificuldade de

¹⁶ Imigrante alemão, Francisco Schmidt não veio com riquezas para o Brasil, mas fazendo contato com outro alemão – Theodor Wille – um dos maiores exportadores de café do Brasil na época, conseguiu financiamento para se estabelecer como o maior produtor de café do Brasil e do mundo (MONTI, 2019).

acesso ao crédito. Naquele período, entre os grandes, predominavam os comissários de café como fornecedores do capital necessários ao funcionamento da grande lavoura. Por outro lado, aos pequenos e médios comerciantes e cafeicultores, o acesso era ainda mais restrito. Nossos próximos casos ilustram algumas condições em que se conseguia acesso ao crédito.

As condições proibitivas do crédito hipotecário se mantinham mesmo entre camaradas imigrantes, como podemos destacar no caso dos irmãos Antônio e Vicente Colucci, ambos de origem italiana. Eram cafeicultores no município de Ribeirão Preto, possuíam propriedades no Bairro José Jacques. O primeiro possuía uma pequena propriedade com cerca de 4.000 pés de café, que existiu entre os anos de 1904 e 1924; o segundo detinha uma propriedade maior, possuindo 34.000 pés, que funcionou de 1916 até 1927¹⁷. Os irmãos Colucci, além de obterem renda através de seus cafezais, ofereciam crédito através de hipotecas. Entre os anos 1895 e 1910, foram registradas 17 hipotecas, que se encontram no 1º Oficial de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto. Como observamos no quadro 5:

Quadro 5 - Hipotecas realizadas pelos irmãos Colucci

Emprestadores	Nº de hipotecas	Valores (réis)	Prazo médio	Juros % médio
Antônio Colucci	6	10:600\$000	15	21,1
Vicente Colucci	2	2:600\$000	15,5	18
Antônio e Vicente Colucci	9	59:552\$000	24	20,33

Fonte: LIVROS... 1877-1914.

Notamos que, entre seus devedores, predominavam indivíduos de origem italiana (De Lucca, Cornachione, Pasarotti, Urizze, Menchiore, Galassa e Stabile) e que a oferta de crédito passou por duas fases distintas: a primeira, entre os anos de 1885 e 1900, quando os irmãos atuavam juntos, talvez devido às dificuldades econômicas, e talvez entendiam que poderiam ter mais segurança em seus negócios. A segunda, a partir de 1900,

¹⁷ Fonte: LIVRO... 1916-1936.

passaram a atuar sozinhos, período que coincide com a constituição do patrimônio agrário de cada um. Enquanto Vicente Colucci, com uma lavoura maior de café, ofereceu crédito apenas 2 vezes depois de 1900, seu irmão, com uma propriedade modesta, parece ter encontrado no crédito hipotecário uma forma de conseguir novos rendimentos, já que figurou 9 vezes como credor durante esse período, inclusive emprestando a quantia de 3:000\$000 ao irmão, em 1902, em condições muito pesadas, com prazo de 24 meses e juros de 18% ao ano. É interessante notar que o juro desse empréstimo é menor que sua média, de 21,1% ao ano, mostrando que as relações de parentesco entre eles tinham certo valor¹⁸.

Podemos perceber, a partir das análises, uma nova estratégia de inserção e manutenção na atividade cafeeira. O crédito hipotecário, apesar de proibitivo, foi acessado, e muitos indivíduos utilizaram-no para financiar suas empreitadas na atividade cafeeira, ou mesmo para se sustentarem nela em tempos de crises. Junto ao comércio, o crédito hipotecário se mostra como uma estratégia de inserção, manutenção ou mesmo diversificação, que esses indivíduos usavam em suas relações econômicas cotidianas.

Os valores emprestados pelos irmãos Colucci mostraram-se expressivos, sendo o maior valor de 18:480\$000 cedido a João Baptista Stabile, em 1900, a última hipoteca em que atuaram em parceria. As condições desse empréstimo foram bastante pesadas e ilustram com maior clareza como os irmãos operavam; o valor deveria ser pago em 36 meses e os juros cobrados foram de 24% ao ano. Em troca do empréstimo, o devedor hipotecou uma propriedade rural, também no Bairro José Jacques, possuindo 15.000 pés de café, além de algumas casas e todas as benfeitorias existentes.

É interessante notar que, dos indivíduos apontados ao longo do estudo, cinco são estrangeiros, sendo quatro italianos (Luiz Ciampa, Antônio Vicente, Antônio Colucci e Vicente Colucci) e um inglês (Múcio Whitaker). Em relação às suas atividades, podemos apontar que gozavam de vantagens em relação ao ribeirão-pretano neste período¹⁹. As

¹⁸ LIVROS... 1877-1914.

¹⁹ Já apontamos que, no período de nosso estudo, cerca de 33.199 imigrantes viviam em Ribeirão Preto, ultrapassando o número de habitantes brasileiros.

relações de camaradagem entre compatriotas estabelecidos na região forneciam-lhes fluxo constante de clientes, como aponta Warren Dean:

Além de seus antecedentes urbanos e da experiência comercial anterior, e além da vantagem que lhe propiciava um grande mercado de compatriotas, os imigrantes ainda possuíam outra superioridade: as conexões que podiam manter com fontes de capitais nos países de origem (DEAN, 1984, p. 62).

Diferente do que aponta Warren Dean, não concordamos que todos possuíam uma relativa facilidade no acesso ao crédito externo, a exemplo de Francisco Schimdt, que conseguiu amplo crédito com seu compatriota Theodor Wille. A realidade dos indivíduos mais humildes era diferente, sendo a carestia de crédito e confiança um fato. Entretanto, as relações de proximidade devido às origens comum foram uma realidade e uma facilidade em uma cidade em que cerca de metade, ou mais, da população era de imigrantes (ver quadro 1). Quando não se tinha camaradas que pudessem ou estivessem dispostos a emprestar algum dinheiro, entra em cena o capitalista, normalmente um indivíduo da localidade, que ganha a vida fornecendo crédito, costumeiramente, com prazos curtos e juros altos. Sem ter a quem solicitar, muitos produtores, os pequenos e médios, recorriam a eles e se submetiam às condições pesadas de suas transações.

Domingos Martins Ribeiro é um exemplo de como esses capitalistas operavam em Ribeirão Preto oferecendo crédito. Desde 1895 até 1911, contabilizamos cerca de 37 hipotecas em que constava como credor, todas apresentando uma mesma característica: prazos mais curtos que os praticados habitualmente e juros mais altos que os normais. Podemos ilustrar melhor como operava analisando o gráfico 1:

Gráfico 1 - Juros e prazos médios praticados por Domingos Martins Ribeiro



Fonte: LIVROS... 1877-1914.

No gráfico acima, percebemos que as condições dos empréstimos concedidos pelo capitalista em questão sofrem mudanças significativas ao longo do tempo. Caracterizados por imporem condições pesadas em seus empréstimos, os capitalistas, como Domingos Martins Ribeiro, exploram a condição, muitas vezes delicada e instável, dos indivíduos que recorrem a ele. Podemos perceber, através do gráfico, que o capitalista em questão oferecia crédito a condições muito pesadas e, possivelmente, desse modo, fez sua fama e fortuna no município. Nos anos iniciais de sua atuação, 1897, principalmente, ofereceu crédito a um prazo médio de 14 meses, com juros de 24% ao ano. Pior foi em 1898, quando emprestou dinheiro a prazos de 9 meses cobrando 30% de juros ao ano em média.

O indivíduo manteve tal tendência até o início dos anos de 1900, particularmente a partir de 1904, quando seus números sofrem uma inversão e os prazos aumentaram, enquanto os juros diminuíram. Podemos explicar o retesamento das condições nos empréstimos através de uma observação nos preços do café apresentados no quadro 6. Para 1908, seus prazos sobem para, em média, 37,5 meses, enquanto os juros diminuem para 18% ao ano. O ano de 1910 também se apresenta atípico para o capitalista: seus prazos giram na média de 36 meses, enquanto os juros regridem ainda mais, sendo em

média de 14,25% ao ano. O quadro seguinte demonstra que, no período em que o Domingos Martins Ribeiro emprestava dinheiro, o preço do café passava por uma fase de queda, o que explica o aumento dos juros e a diminuição dos prazos concedidos. Incertezas no pagamento deveriam assustar o indivíduo que dependia unicamente dessa atividade para sobreviver, pois as altas de preços do produto para o período coincidem com o aumento dos prazos e diminuição dos juros. Nesses períodos, as certezas de ganhos eram maiores, o que tornava as atividades financeiras de créditos mais seguras.

Quadro 6 - Preço médio do quilo do café (1895 – 1907)

Ano	Valor (em mil-réis)
1895	1\$348
1896	1\$296
1897	\$926
1898	\$838
1899	\$803
1900	\$882
1901	\$562
1902	\$400
1903	\$500
1904	\$637
1905	\$487
1906	\$460
1907	\$377

Fonte: IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso: 20 out. 2018.

Relativo aos bens que seus devedores hipotecavam, podemos perceber a predominância de fazendas, chácaras e sítios. Das 37 hipotecas levantadas, 21 estavam relacionadas com imóveis rurais e o restante com imóveis urbanos. Dos imóveis relacionados ao meio rural, 18 possuíam pés de café, tendo, o menor deles, o número de 4.000 pés, e o maior 110.000 pés de café, ou seja, situavam-se na faixa de pequenos e médios produtores. Uma das hipotecas urbanas estava relacionada ao café: o devedor

hipotecou diversos imóveis na Villa Bonfim, contendo, em seu interior, maquinários completos para beneficiar café.

Os valores emprestados não eram altos, entretanto, as garantias oferecidas em trocas deles eram sempre superiores. Como na hipoteca de 1904, em que os devedores Quirino Alves Pereira e Gertrudes Alves Pereira, em troca do valor de 10:000\$000, deixaram como garantia: a) uma propriedade agrícola denominada Rio Pardo, localizada na Fazenda Ribeirão Preto Abaixo, possuindo 55 alqueires, 3 casas duplas para colonos, 20.000 pés de café, pastos e todas as benfeitorias existentes; b) uma chácara na estrada até Villa Bomfim. Neste caso, o prazo oferecido foi de 12 meses a juros de 18% ao ano. Foi possível notar que o perfil dos empréstimos realizados por ele, em geral, direcionava-se para pessoas de poucas posses, ou mesmo que tinham construído seu patrimônio recentemente. Eram, portanto, em sua maioria, pequenos e médios cafeicultores.

Finalmente, através do percurso proposto por este estudo, percebemos que uma série de atividades ligadas ao núcleo econômico central, o café, desenvolveram-se enquanto avolumavam-se os pequenos e médios proprietários, atraídos pelo negócio do café. Conforme cresce a importância desses sujeitos, uma intrincada rede econômica constituía-se, e, a partir de então, formou-se uma rede de negócios que atendia aos pequenos e médios cafeicultores, ligando, assim, diversos circuitos econômicos e gerando uma coerência em que cada parte se complementa, as quais procuramos desvelar. Assim, enquanto diversos indivíduos ocupam suas terras com o café, vai se formando um comércio voltado ao abastecimento de alimentos e bens básicos, que já não podem ser produzidos nessas terras. No meio disso tudo, surge a figura dos emprestadores ou capitalistas, que irrigam a economia com os capitais necessários à expansão dos negócios e atividades produtivas. Esse intrincado sistema torna-se cada vez mais complexo à medida que os pequenos e médios cafeicultores começam a adensar seus números, enquanto os grandes enfrentam longas crises e cedem espaço para tais indivíduos. Neste contexto é que vamos perceber as estratégias de inserção, manutenção e diversificação dos indivíduos de poucas posses, que buscavam na atividade cafeeira estabilidade e rendas maiores.

Considerações finais

Através dos casos analisados, apresentamos a dinâmica econômica que se formava junto aos pequenos e médios cafeicultores, conforme ocorria o adensamento deste grupo e sua posição numérica aumentava frente os grandes cafeicultores, principalmente a partir de 1916. Percebemos um acesso maior à terra e uma diversificação dos capitais (mesmo que a manutenção paralela de atividades econômicas fosse complicada e, por vezes, acabasse no fechamento de alguma delas) por parte de indivíduos de menor posse. De tal modo, buscamos demonstrar que, em torno da atividade principal representada pela cafeicultura, formou-se uma intrincada rede de negócios. Esta funcionava em função ou ao redor do capital gerado pelas atividades cafeeiras no período.

Como uma primeira estratégia de inserção, conseguimos perceber que, em função da diversificação de suas produções agrárias e do comércio, indivíduos conseguiram estabelecer seus cafezais. Mas, ao mesmo tempo, talvez devido ao grande ônus que a atividade cafeeira acarretava e às dificuldades de se manter um comércio, foram impossibilitados de diversificarem seus negócios, devido a diversos fatores relacionados às especificidades do uso da terra nesta atividade e aos capitais imobilizados.

Vimos, também, outra estratégia de inserção de indivíduos que não possuíam terras e operavam na área urbana, que eram comerciantes, dirigirem-se às atividades rurais relacionadas à cafeicultura. Estes, por sua vez, abandonaram, definitivamente, as atividades urbanas, dedicando-se única e exclusivamente ao café. É mister que não deixemos de apontar que esses indivíduos sofriam com a escassez de crédito e incentivos e, devido a isso, recorriam aos compatriotas ou capitalistas locais. Os últimos eram indivíduos de relativas posses, que emprestavam dinheiro em troca de certas garantias. Conseguimos, através do levantamento hipotecário, traçar um perfil desses sujeitos. As relações entre os preços do café no Brasil e as condições do crédito fornecido puderam ser averiguadas e, como consequência, percebemos que, em épocas de preços baixos, as condições de empréstimos tornavam-se mais duras, enquanto nos momentos de alta as condições abrandavam. Essa prática é reveladora de um padrão que, na época,

demonstrava as dificuldades constantes pelas quais os que queriam ascender à condição de cafeicultores enfrentavam.

Buscamos compreender e identificar a diversidade de práticas econômicas que atuavam no município de Ribeirão Preto, no período proposto. Em comum, todas possuíam algum tipo de ligação com a atividade cafeeira, o que constitui, como observamos no início deste trabalho, um verdadeiro complexo cafeeiro, que não exclui os pequenos e médios produtores, mesmo que oferecendo desvantagens a eles.

Ainda chamamos atenção para o papel do crédito, que era essencial para irrigar e dar vida a essas atividades e para as dificuldades de acesso a ele, gerando problemas, como o fechamento de estabelecimentos comerciais e a impossibilidade de ascensão econômica e social dos indivíduos.

De tal modo, diferente dos modelos que foram citados no início do trabalho, podemos apontar que as atividades econômicas relacionadas aos pequenos e médios cafeicultores no município de Ribeirão Preto foram marcadas pela pluralidade. A diversidade de casos e sujeitos não nos permite categorizar os grupos apontados em um modelo estanque. Assim, a própria pluralidade de estratégias pode ser considerada como um modelo econômico local, no que se refere aos agrupamentos supracitados.

Referências

Fontes

ESTATÍSTICA... Estatística Agrícola e Zootécnica de Ribeirão Preto (1904-1905), (Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto). 1904-1905.

GUSMÃO, Manoel Aureliano de. Relatório de 1902 apresentado a Câmara Municipal de Ribeirão Preto pelo prefeito Dr. Manoel Aureliano de Gusmão. São Paulo: Duprat, 1903 (Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto). 1903.

IPEADATA. Banco de Dados do Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso: 20/10/2018.

LIVRO... Livro de Imposto do Cafeeiro (1916 - 1936), (Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto). 1916 - 1936.

LIVROS... Livros de Comércio e Profissões (1890 - 1927), série incompleta, (Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto). 1890 - 1927.

LIVROS... Livros de Inscrição Especial (1877 - 1914), (1º Oficial de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto). 1877 - 1914.

Bibliografia

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Do gado ao café: as transformações da estrutura fundiária de Ribeirão Preto ao longo do século XIX. *Estudos de História*, Franca, v. 8, n. 2, p. 173-186, 2001.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII*. os jogos das trocas. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. *Escritos sobre a história*. 3º ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CAMARGO, J. F. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos: ensaios sobre a relação entre demografia e a economia. *Boletim da FFLCH/USP*, São Paulo, 1952.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial no Brasil*. 355 fls. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1975

CAVENAGHI, Airton José Cavenaghi. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. Análise de uma herança cotidiana. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v. 14. n. 1. p. 195-241, 2006.

DEAN, Waren. *A industrialização de São Paulo (1880 – 1945)*. São Paulo: Difel, 1984.

FALEIROS, Rogerio Naques. *Fronteiras do café: fazendeiros e "colonos" no interior paulista (1917-1937)*. 445 fls. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2010.

LAGES, José Antônio. *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro – o povoamento da região pelos entrantes mineiros na primeira metade do século XIX*. Ribeirão Preto: VGA Editora e Gráfica, 1996.

MARCONDES, Renato Leite. O café em Ribeirão Preto (1890-1940). *História econômica & história de empresas*. v. 10, n. 1, p. 171-192, 2007.

_____; GARAVAZO, Juliana. Comércio e Indústria em Ribeirão Preto de 1890 a 1962. In: *Associação Comercial e Industrial e Ribeirão Preto: Um espelho de 100 anos*. Ribeirão Preto: Gráfica São Francisco, 2004. p. 211-222.

MONTI, Carlo G. A trama do crédito: entre o café e o consumo conspícuo em uma loja de Ribeirão Preto – 1891 e 1892. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 26, p. 1-19.

MONTI, Carlo G. *O empreendedor possível na cafeicultura de Ribeirão Preto: Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (1890 - 1915)*. 236 fls. Tese (Doutorado em História e Cultura) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2014.

PERISSINOTTO, Renato M. *Estado e Capital Cafeeiro: burocracia e interesse de classe na condução da política econômica (1889-1930)*. 1997. 481 fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1997.

SILVA, Adriana Capretz Borges da. *Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto: os bairros surgidos a partir do Núcleo Colonial Antônio Prado (1887)*. 270 fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Carlos, 2008.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 6º ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Fundamentos teóricos e metodológicos do estudo da história econômica. *História econômica & história de empresas*. v. 11, n. 2, p. 31-43, 2008.

TOSI, Pedro Geraldo et al. Modalidades e hierarquias do crédito na cafeicultura paulista (1889-1930). *Revista Brasileira de Economia*. v. 65, n. 4, 2011.

_____. Crédito e pequena cafeicultura no oeste paulista: Franca/SP 1890-1914. *Revista Brasileira de Economia*. v. 61, n. 3, 2007.

_____. Fragmentos de um modelo: pequenas lavouras de café e acumulação de capitais. Franca/ São Paulo, 1890-1914. *História*. São Paulo, v. 24, n. 2, 2005.

ZAMBONI, Ernesta. *Processo de formação e organização de rede fundiária da área de Ribeirão Preto (1874 a 1900)* – uma contribuição ao estudo de estrutura agrária. 126 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1978.

WALKER, Thomas W.; BARBOSA, Agnaldo de S. *Dos coronéis à metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.